

✓ Implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo: avaliação comparativa entre o PRODETUR no Brasil e o LEADER na Espanha¹

Maria Sâmia de Oliveira²

Universidade Santiago de Compostela/
Instituto Federal de Educação do Ceará
*Santiago de Compostela University/
Federal Institute of Education of Ceará*

Jakson Renner Rodrigues Soares³

Universidade da Coruña
University of Corunna

Gil Célio de Castro Cardoso⁴

Universidade Federal do Ceará
Federal University of Ceará

Maione Rocha de Castro Cardoso⁵

Universidade Estadual do Ceará
State University of Ceará

Resumo: Este estudo apresenta a implementação de importantes políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Litoral Cearense (Brasil) e na Galícia (Espanha). A investigação comparativa visa revelar indicadores que numa avaliação transnacional podem servir como modelos para novas ações voltadas desenvolvimento de regiões de forma responsável, economicamente e socialmente sustentáveis, gerando emprego, renda e maior qualidade de vida aos seus moradores. A investigação de natureza qualitativa revela dados primários, após análise conteúdo, dos elementos coletados por meio de pesquisa documental e visita de campo nas duas regiões. A base teórica assentará na revisão bibliográfica que permitirá a compreensão do espaço do Turismo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento econômico. Turismo.

¹ Artigo faz parte da pesquisa da Tese de doutorado em Turismo pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

² Discente do Programa de Doutorado em Turismo da Universidade de Santiago de Compostela, integrante do corpo técnico administrativo em educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

³ Docente e investigador do Departamento de Empresa da Universidade da Coruña.

⁴ Docente do Departamento de Estudos Interdisciplinares do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará.

⁵ Docente titular da Universidade Estadual do Ceará.

EN Implementation of public policies aimed at the development of tourism: comparative evaluation between PRODETUR in Brazil and LEADER in Spain

Abstract: This study presents the implementation of important public policies for the development of tourism in the Ceará Coast (Brazil) and Galicia (Spain). Comparative research aims to reveal indicators that in a transnational evaluation can serve as models for new actions aimed at developing regions in a responsible, economically and socially sustainable way, generating employment, income and higher quality of life for their residents. Qualitative research reveals primary data, after content analysis, of the elements collected through documentary research and field visits in both regions. The theoretical basis will be based on the bibliographic review that will allow the understanding of the tourism space.

Key-words: Public policies. Economic development. Tourism.

ES Implementación de políticas públicas orientadas al desarrollo del turismo: evaluación comparativa entre PRODETUR en Brasil y LEADER en España

Resumen: Este estudio presenta la implementación de importantes políticas públicas para el desarrollo del turismo en la Costa de Ceará (Brasil) y Galicia (España). La investigación comparativa tiene como objetivo revelar indicadores que en una evaluación transnacional pueden servir como modelos para nuevas acciones dirigidas a desarrollar regiones de manera responsable, económica y socialmente sostenibles, generando empleo, ingresos y mayor calidad de vida para sus residentes. La investigación cualitativa revela datos primarios, después del análisis de contenido, de los elementos recopilados a través de la investigación documental y las visitas de campo en ambas regiones. La base teórica se basará en la revisión bibliográfica que permitirá la comprensión del espacio turístico.

Palabras-clave: Políticas públicas. Desarrollo económico. Turismo.

FR Mise en œuvre de politiques publiques visant le développement du tourisme: évaluation comparative entre PRODETUR au Brésil et LEADER en Espagne

Résumé: Cette étude présente la mise en œuvre d'importantes politiques publiques pour le développement du tourisme sur la côte du Ceará (Brésil) et en Galice (Espagne). La recherche comparative vise à révéler des indicateurs qui, dans une évaluation transnationale, peuvent servir de modèles pour de nouvelles actions visant à développer les régions de manière responsable, économiquement et socialement durables, en générant des emplois, des revenus et une meilleure qualité de vie pour leurs résidents. La recherche qualitative révèle des données primaires, après analyse du contenu, des éléments recueillis lors de recherches documentaires et de visites sur le terrain dans les deux régions. La base théorique sera basée sur la revue bibliographique qui permettra la compréhension de l'espace touristique.

Mots-clés: Politiques publiques. Développement économique. Tourisme.

INTRODUÇÃO

No Ceará, desde a década de 1990, o turismo tem crescido e alcançado resultados e reconhecimento por parte da sociedade, com isso, importantes ações foram implementadas com o intuito de consolidar a região como atrativa por todo o seu potencial turístico e assim promover o desenvolvimento econômico e social dos moradores do interior do Estado. Com a implementação destas, ao se revelar seus avanços e limitações através de uma avaliação comparativa com outras regiões que apresentam progressão nas agendas de políticas públicas voltadas para o turismo, a exemplo da Espanha, que adota ações que reativam zonas rurais em declínio desde 1960, é possível apontar caminhos para o desenvolvimento local do turismo, respeitando a singularidade de cada território.

As regiões em estudo são áreas litorâneas que ficam próximas a importantes centros turísticos e, desse modo, sofrem influência e mudanças em seus territórios por serem considerados corredores turísticos. No tocante a região brasileira em estudo, a vila de Jericoacoara se apresenta como principal Município com potencial turístico, sendo classificado como categoria B, pelo Ministério do turismo, categoria esta que recebe fluxo de turista domésticos e internacionais e que, portanto, detém prioridade dentro das políticas e ações do referido Ministério.

Segundo Paiva (2014), anteriormente, a região conhecida como Polo Costa do Sol, também se constituiu uma prioridade na segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Ceará - PRODETUR/CE II e englobou dezoito municípios, dos quais somente sete foram foco de intervenções na primeira etapa do Programa: Caucaia, Fortaleza, Itapipoca, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Trairi, acrescidos dos Municípios de Aquiraz, Camocim e Jijoca de Jericoacoara, Amontada, Acaraú, Barroquinha, Chaval, Cruz, Granja, Itarema e Viçosa do Ceará. Esses Municípios acrescidos na segunda etapa da composição do PRODETUR NE II formam a região turística denominada pelo PROINFTUR como litoral extremo oeste do Ceará.

A região, além do Turismo de sol e mar, oferece diversas opções de ecoturismo, atividades de aventura e Turismo cultural para agradar aos mais exigentes e diversificados perfis de turista. Adicionalmente, a costa oeste do Ceará é definida pela Secretaria de Turismo do Ceará - SETUR como prioritária nos investimentos do PRODETUR II e III, com financiamento de órgãos nacionais e internacionais. Em meio a este contexto, a região extremo oeste, não apresenta crescimento

economicamente considerável e não se beneficia diretamente com o desenvolvimento do Turismo em Jericoacoara. Desse, faz-se necessário entender como as políticas públicas que dinamizam o Turismo em Jijoca de Jericoacoara não englobam o seu entorno e que modelos poderiam ser utilizados para o prestígio dos pequenos negócios e inclusão das comunidades e pequenos empreendedores nas políticas de Turismo que abrangem todo o litoral extremo oeste.

Já na região espanhola em estudo, especificamente no município de A Coruña, capital da província que recebe o mesmo nome, apresenta atributos e componentes para o alcance do turismo rural no território galego, tais como a natureza e as paisagens bem conservadas, gastronomia singular e a tranquilidade das pequenas cidades. Ademais, sobre esse segmento da atividade turística, a província de A Coruña, sendo região de praia, tem experimentado o seu crescente desenvolvimento como diversificação da oferta turística galega e como alternativa para a dinamização econômica e “preservação e valorização do ambiente natural, ao mesmo tempo que promove a restauração dos importantes patrimônio histórico, artístico e cultural, no contexto das teorias do desenvolvimento sustentável” (Besteiro, 2006, pag. 2).

Associado a estes atributos, a cidade da Coruña faz parte de uma das rotas de peregrinação – o caminho inglês, com 119km - que afluem à Santiago de Compostela, uma das principais cidades turística da Galícia, por deter relíquias e o sepulcro do apóstolo São Tiago, no interior de sua principal catedral, e, portanto, também recebe um fluxo considerável de turistas internacionais.

A ligação da cidade com principal ícone turístico da Galícia, remonta dos testemunhos das crônicas da época, em que a população reclamou aos reis a construção de um hospital para atendimento e cuidados dos peregrinos que chegavam para fazer o caminho inglês. A construção do primeiro ícone turístico da cidade, também está ligada ao turismo religioso praticado em Santiago de Compostela, uma vez que a igreja de Santiago, em A Coruña, foi a primeira parada para aqueles que chegavam para fazer o caminho inglês e a última para que paravam para agradecer.

Com história rica, A Coruña tem se mobilizado para expandir o turismo, desse modo nos anos 1990, nasceu sua mais importante instituição voltada para o desenvolvimento do turismo local: O Consórcio de Turismo de A Coruña. A instituição reuniu importantes entidades públicas e privadas para consolidar a atividade turística local, tais como a prefeitura, a câmara municipal, a câmara do comércio, a indústria, a navegação e as autoridades portuárias.

No que concerne às Políticas Públicas implementadas no município, em 2007, alinhado com o plano de desenvolvimento do turismo da União Europeia, se iniciou o Plano estratégico da província de A Coruña com o objetivo de promover condições que melhorassem o crescimento das regiões menos desenvolvidas. Destaca-se que, a nível local, houve importantes ações públicas e das demais instituições interessadas para a promoção do turismo e o desenvolvimento da região em estudo.

Dito isto, estes recortes geográficos foram escolhidos devido as suas similitudes geográficas: regiões litorâneas com prática de turismo rural, turismo de sol e praia e que estão próximas a centros turísticos internacionalmente conhecidos. Além disso, são importantes territórios em que o turismo e as políticas públicas implementadas impactaram e continuam impactando na vida das comunidades locais, restando investigar e avaliar como cada uma dessas políticas pode servir como modelo transnacional para o desenvolvimento dessas regiões de forma responsável economicamente e socialmente sustentável, gerando emprego, renda e maior qualidade de vida aos seus moradores.

Adicionalmente sabe-se que nas duas regiões houve importantes marcos regulatórios para o turismo. No Brasil, através do Contrato Nº 2321/ OC-BR, deu-se início ao Programa para o Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional, que foi baseado em fases anteriores do PRODETUR Nordeste I (1994) e o PRODETUR Nordeste II (2002). Neste mesmo período foi instituído o Plano Nacional e Integral de Turismo da Espanha (2012 – 2015), o Plano Nacional Espanhol Horizonte 2020 e também foram desenvolvidas importantes ações para o turismo rural através do LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais) através da medidas com lógicas territorial e multisetorial que abrangiam o apoio ao turismo rural.

Com esta delimitação temporal, pretende-se apresentar os indicadores qualitativos para avaliação comparativa transversal dessas políticas, sendo possível o aprofundamento sobre como se deu a implementação dessas políticas e quais as universalidades e particularidades de cada para os indicadores econômicos, de governança e participação.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA LEADER

De acordo com Santos (2018), na União Europeia (UE), o início das políticas de desenvolvimento rural deu-se a partir da década

de 1990, no qual houve uma preocupação por homogeneizar o desenvolvimento de zonas europeias desfavorecidas e com baixo índice de desenvolvimento.

Dentre as importantes ações com a finalidade exposta acima, surgiu o LEADER - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais. O referido programa era voltado para o desenvolvimento de territórios de expressão rural, em que existia de baixa densidade populacional, e principalmente onde o desenvolvimento econômico é mais difícil, demorado e com pouca disponibilização de serviços disponíveis.

De acordo com Santos *et al.* (2017) o LEADER teve várias fases, a saber: LEADER I (1991- 1991), LEADER II (1994-1999), LEADER Plus ou também conhecido como LEADER + (2000-2006) e o LEADER-Eixo 4 (2007-2013). Após demonstrações de resultados exitosos e da eficiência de sua abordagem nesses períodos, o LEADER foi incorporado à Política de Desenvolvimento Rural global da União Europeia.

Ao deixar de ser uma iniciativa comunitária e, em razão da sua maturidade com enfoques de desenvolvimento local integrados e sustentáveis, o LEADER teve suas funções definidas e voltadas para criação de capacidades locais para o emprego e diversificação, conforme expõe *Directorate-General for Agriculture* (2011) ao transcrever o trecho do ponto 3.4 da Decisão 2006/144/CE do Conselho, de 20 de fevereiro de 2006:

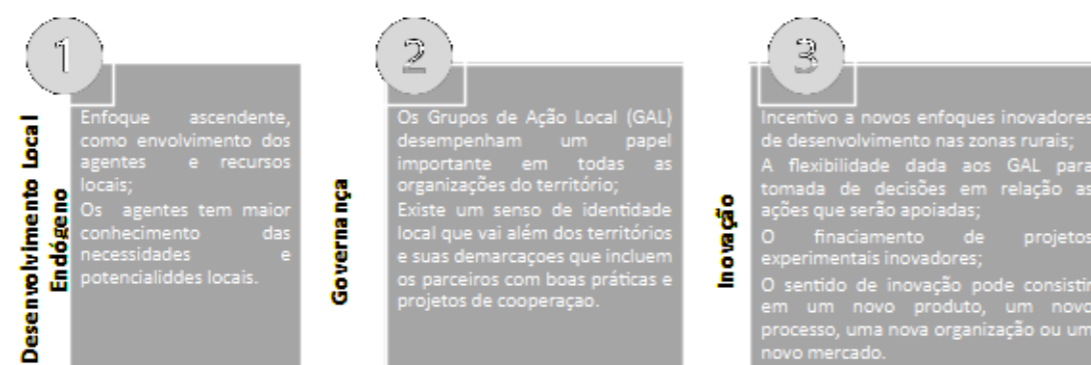
A ajuda prestada através do eixo 4 abre a possibilidade de combinar os três objetivos (competitividade, meio ambiente e qualidade de vida/diversificação) no contexto de uma estratégia de desenvolvimento local da comunidade baseada nas necessidades e características locais. Mediante fórmulas integradas que envolvam agricultores, silvicultores e outros agente do mundo rural é possível salvaguardar e valorizar o patrimônio natural e cultural local, sensibilizar a população para a importância do meio ambiente, promover os produtos típicos locais, o turismo e investir em energia e recursos renováveis.

O documento *Guia de la DG AGRI para la aplicación del eje LEADER de los programas de desarrollo rural 2007-2013 financiados por el FEADER (2011)* da Direção-Geral da Agricultura foi elaborado com o objetivo ajudar as autoridades a desenhar o LEADER (eixo 4) em seus programas de desenvolvimento rural, que incluem o turismo

rural como forma de revalorização dos territórios, no período de 2007 a 2013.

O referido Guia esclarece que o eixo LEADER pode desempenhar três funções principais: “promover o desenvolvimento local endógeno, aumentar a capacidade organizacional ao nível da governança das comunidades rurais e quebrar o círculo vicioso de declínio, que ainda existe em muitas zonas rurais, incentivando a inovação”. A figura a seguir mostra que ações são realizadas no âmbito do LEADER para promoção dessas funções.

Figura 1: Principais Funções e ações do LEADER (EIXO 4)



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da Directorate-General for Agriculture (2011).

As funções para a quarta fase do LEADER dentro da Política de Desenvolvimento Rural vão ao encontro dos princípios do Programa nas fases anteriores mantendo assim as estratégias que levaram a iniciativa comunitária LEADER a resultados exitosos.

O Programa LEADER englobou diversas instituições e esferas governamentais e, destacadamente, foram originados, horizontalmente, os grupos formados pelos sujeitos públicos e privados, que, por meio de associações locais ficaram responsáveis pela execução dos projetos em seus territórios e elaboração dos planos de ação, aprovação de supervisão dos projetos submetidos ao mesmo.

Inicialmente esses grupos eram chamados de Grupo de Ação Local (GAL) mas, a partir de 1997, foram denominados de Grupo de Desenvolvimento Rural (GDR). Um dado importante é que dos 217 (duzentos e dezessete) grupos europeus formados, na primeira fase do Programa, a Espanha teve representação de 24,4% (SANTOS *et al.*, 2017, pág. 29).

Outra importante etapa de operacionalização do LEADER é a escolha das zonas que devem se concentrar em territórios considerados desfa-

vorecidos com significativo problema de desenvolvimento econômico e com altas taxas de desemprego (MARM, 2011).

Além das funções principais, de acordo com Comunidades Europeias (2006) o LEADER também se caracteriza por princípios básicos que regem as ações e metodologias a serem desenvolvidas para aprovação dos projetos. O quadro a seguir expõe as características básicas da abordagem LEADER onde já é possível perceber a linha operacional para desdobramento no LEADER nas comunidades, contudo, o processo de aplicação também está descrito imediatamente após o quadro abaixo.

Quadro 1: Princípios da IC LEADER

PRINCIPIOS	CARACTERÍSTICAS BÁSICAS
Estratégias locais de desenvolvimento por zona	Leva em consideração as necessidades reais e vantagens competitivas das localidades. Respeito as identidades e tradições comuns e ao sentimento de pertença dos moradores. A zona, necessariamente não corresponde a uma fronteira predefinida administrativamente.
Abordagem ascendente	Os sujeitos constitutivos (população em geral, instituições públicas e privadas, grupos de interesse econômico e social) participam da tomada de decisões sobre as estratégias e prioridades definidas e adaptam as políticas rurais às necessidades das comunidades a que se destinam. A participação destes vai desse a fase inicial até a execução e avaliação para ensinamentos e ações futuras. Consenso, diálogo e transparência são ferramentas importantes que devem ser utilizadas.
Parcerias locais dos sectores público e privado: grupos de acção local (GAL)	Os GAL decidem a direção, o conteúdo e a estratégia para o desenvolvimento rural. Agregam e combinam recursos humanos e financeiros dos sujeitos constitutivos que estão em torno do projeto reforçando também o diálogo e da cooperação com os agentes rurais locais.
Facilitar a inovação	Na abordagem utilizada pelo LEADER a inovação pode ser entendida como a introdução de um novo produto, um novo processo, uma nova organização ou um novo mercado. Pode significar também a modernização de formas tradicionais do saber-fazer e ainda, a criação de soluções de problemas do contexto rural de forma sustentável.
Ações integradas e multissetoriais	A IC LEADER é uma estratégia local de desenvolvimento que integra vários setores em volta de ações e projetos de forma coerente.
Ligação em rede	É o meio de transferência de boas práticas que inclui o intercâmbio de resultados, de experiências e do saber-fazer. Essa transferência pode ser ou não entre membros e beneficiários do LEADER. As redes de ligação podem ser institucionais (grupos do LEADER, autoridades administrativas e parceiros a nível nacional ou europeu) e locais/regionais (grupos que emergem de maneira informal a nível local/regional ou até nacional).
Cooperação	Característica que vai além da ligação em rede. Seu objetivo é incentivar as atividades locais, ajudar a resolver problemas e acrescentar valor aos recursos locais com projetos concretos com estrutura comum. Os projetos de cooperação podem interterritorial e transnacional.

Fonte: Elaboração própria, com dados da Comunidades Europeias, 2006.

Além das características acima, onde se percebe a participação dos agentes locais como fator importante dessa iniciativa, de forma ideal, o processo de aplicação dessa abordagem, implica na adoção de alguns passos, conforme descreve Comunidades Europeias (2006). Vejamos:

- a. Criação de capacidades – é o primeiro passo a seguir a nível local. Aqui se reúnem ou desenvolvem as capacidades e competências necessárias para o desenvolvimento de determinado projeto;
- b. Reunião dos agentes locais – segundo passo onde se reúne os agentes interessados com vistas à discussão e consciência das necessidades da zona.
- c. Análise do território – importante passo onde é identificado o ‘capital territorial’, ou seja, as pessoas, atividades, paisagens, património, saber- -fazer que reúnem características que podem ser desenvolvidas na zona. A partir disso será possível identificar as estratégias locais de desenvolvimento.
- d. Identificação das atividades/iniciativas existentes – esse passo é importante para planejar, com base no que já existe, e nas iniciativas que estão em vias de serem implementadas e assim evitar duplicação e reduzir riscos.
- e. Criação de uma parceria – após identificação das atividades e/ou iniciativas, faz-se necessário incluir as parcerias pública/privada que garantem a gestão e execução do projeto.
- f. Preparação da estratégia local de desenvolvimento – consiste na formalização por meio de um documento que inclui objetivos, definição de prioridades e ações a serem realizadas de forma ordenada apresentado pelo GAL para obtenção de apoio da IC LEADER.

A metodologia utilizada no LEADER é considerada um modelo eficaz de desenvolvimento rural participativo, e tem sido recomendada para desenho e aplicação de futuros programas europeus, assim como nos nacionais, cujo objetivo é o desenvolvimento integrado das zonas rurais.

De modo geral, na Espanha, de 2007 a 2013, foram formados 264 GAL, sendo 24 implantados na Galícia, com ligação ao Programa

de Desenvolvimento Rural da Comunidade Autónoma e apoio do FEADER.

De acordo com a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural, “no período de programação de 2014-2020, o método LEADER foi renomeado com o termo mais geral - Desenvolvimento Local de Base Comunitária (CLLD) e o seu financiamento foi alargado a três outros fundos europeus: o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP); o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); e o Fundo Social Europeu (FSE).”

Vimos com isso a importância do Programa que contempla uma abordagem participativa, descentralizada e ascendente e que tem evoluído de modo a integrar-se as políticas locais que garantam o desenvolvimento rural e que, em especial, fomentem as atividades turísticas que tem sido fundamentais para a revitalização de zonas desfavorecidas.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM TURISMO

Retornando ao estudo das políticas públicas no Ceará, destaca-se que o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR NE), é uma política que busca organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, mediante prévios processos de planejamento das regiões turísticas (MTUR, 2015).

Para implementação da segunda fase do programa, foram estabelecidas condições para a inserção dos Estados e municípios no Programa. Primeiramente foi necessário determinar os polos turísticos e suas prioridades, além do mantimento de ações e investimentos nas áreas contempladas na primeira fase do programa com objetivo de consolidar, complementar ou completar ações com foco no turismo sustentável e em benefício da população local.

Outra condição foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, o PDITS. Segundo a Secretaria de Turismo do Ceará, o PDITS,

É o instrumento técnico de gestão e coordenação das iniciativas públicas e privadas no setor de Turismo. O principal objetivo desse plano é orientar o crescimento do sustentável do setor de Turismo nos polos. Dessa forma, o PDITS organiza e guia a implementação das políticas públicas para o setor de Turismo por meio da coordenação das iniciativas públicas e privadas de Turismo nos polos. (SETUR, 2012, p.53).

O Regulamento Operacional para planejamento do PRODETUR II, estabeleceu a organização dos PDITS que deveriam incluir além das áreas e estratégias de planejamento, o diagnóstico econômico, social, ambiental e demográfico de cada Polo e ainda a capacidade de execução através de provimento de serviços públicos, infraestrutura e capacidade administrativa. Como parte do processo os PDITS são encaminhados para o Conselho Estadual de Turismo (CETUR) - instância onde serão discutidas e validadas e realizadas propostas de ajustes, além da contribuição ao processo de acompanhamento e atualização do PDITS, consulta às partes interessadas e afetadas durante as fases de execução e acompanhamento do Programa.

Os projetos são executados em áreas de abrangência e titularidade dos Municípios, responsáveis pelo apoio à SETUR na elaboração da documentação técnica, e pelas ações de âmbito municipal que viabilizarão sua execução, bem como serão responsáveis pela manutenção e/ou operação dos equipamentos públicos adquiridos com recursos do Programa, mediante assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre as partes (SETUR, 2012).

Os Municípios, por sua vez, elaboram o seu Plano Diretor que tem como objetivo mais amplo interferir no processo de desenvolvimento local, com base no entendimento dos aspectos políticos, sociais, econômicos, financeiros, culturais e ambientais, que determinam sua evolução e contribuem para a ocupação do seu território. É nesse documento que se estabelece com suporte no conhecimento do potencial do Município, revelado por meio da elaboração de uma leitura da realidade municipal e assim se identifica os objetivos e diretrizes estratégicas que orientam a adoção de providências concretas, para o planejamento e a gestão territorial do Município, com base no seu desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Secretaria de Turismo do Ceará, a elaboração do Plano Diretor Municipal deve ser participativo e propiciar o planejamento, o ordenamento e a gestão local em bases sustentáveis, a qualidade de vida e justiça social para os cidadãos.

No que concerne a participação foi criada uma estrutura institucional visando a integração das entidades envolvidas para execução das ações e permitir a participação e o controle social. Conforme o Regulamento Operacional a unidade formada no âmbito Estadual, é responsável pela execução do Programa no Estado e pelas articulações necessárias para assegurar a “participação de todas as municipalidades que integram o Polo, os setores de negócios relacionados com o turismo, a sociedade civil e qualquer outro segmento afetado direta ou indiretamente pelo turismo”.

Como forma de garantir a participação dos diversos entes envolvidos a criação do Conselho de Turismo, assim como a elaboração do PDITS passou a ser condição básica de elegibilidade a que os Estados ou Municípios devem atender para participação do Programa. Com isso, houve a garantia, não só da participação do setor público, mas da “sociedade civil incluindo organizações ambientais e sociais, universidades, e associações comunitárias; e indústria e agências locais de turismo.”

De acordo com o regulamento Operacional do PRODETUR II, a participação deveria seguir a seguinte distribuição: membros do poder público municipal - 20%; membros do poder público estadual - 20%; membros do poder público federal - 10%; membros da indústria do turismo - 25%; e membros da sociedade civil - 25%.

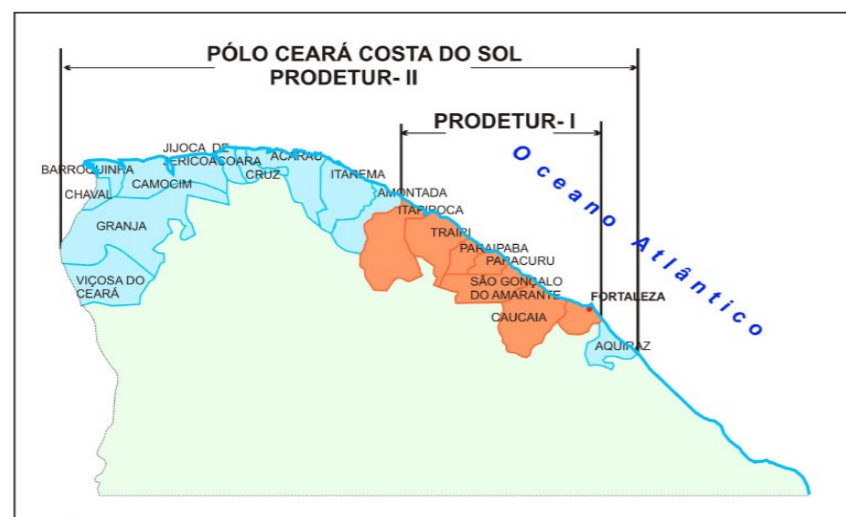
Em atendimento as determinações do Programa, no Ceará, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Ceará Costa do Sol, onde apresentou-se quais municípios haviam sido contemplados na primeira fase e que ainda necessitavam de intervenções frente aos resultados alcançados com o PRODETUR I e, ainda, a área de planejamento para inclusão na fase II.

Segundo Paiva (2014), a região do Polo Costa do Sol, se constituiu uma prioridade do PRODETUR/NE II e abrangeu dezoito municípios, onde somente sete foram foco de intervenções na primeira etapa do Programa: Caucaia, Fortaleza, Itapipoca, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Trairi. Na segunda etapa da composição do PRODETUR NE II, foram acrescentados os Municípios de Aquiraz,

Camocim e Jijoca de Jericoacoara, Amontada, Acaraú, Barroquinha, Chaval, Cruz, Granja, Itarema e Viçosa do Ceará. Esses Municípios formam a região turística denominada pelo Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFOTUR, como litoral extremo oeste do Ceará.

A Costa do Sol é uma região que possui uma faixa de 191 km e cobre os Municípios de Acaraú, Amontada, Aquiraz, Barroquinha, Camocim, Caucaia, Chaval, Cruz, Fortaleza, Granja, Itapipoca, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Viçosa do Ceará. Destes, compreendem o extremo oeste os Municípios de Acaraú, Itarema, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Barroquinha.. A seguir, a figura mostra a área de abrangência do PRODETUR I e II na Costa Sol Poente.

Figura 2: área de abrangência do PRODETUR I e II na Costa Sol Poente



Fonte: SETUR-CE, 2005

De acordo com o PDITS Costa do Sol toda a faixa litorânea do Estado do Ceará foi impactada pelas ações do PRODETUR I, contudo, os municípios de Aquiraz, Camocim e Jijoca de Jericoacoara foram diretamente atingidos. Isso porque houve um grande acréscimo no fluxo de turistas em virtude das ações do componente de transportes e rodovias e com a inclusão da construção de aeroportos.

A falta de preparo dos municípios para recepção desses turistas foi outro fator identificado nestes municípios, além de que, este

aumento do fluxo de turistas e a falta de estruturas de acesso entre as praias de Camocim e Jericoacoara, gerou acessos inadequados por parte dos viajantes que se deslocavam via dunas, gerando assim alto impacto ambiental.

Ainda de acordo com o resumo executivo:

Tais municípios apresentam-se, hoje, como um dos principais destinos turísticos do Estado, e com forte tendência de crescimento, visto o volume de investimentos programados, em virtude do aumento de fluxo após a realização do PRODETUR/CE I, além de suas belas características naturais, destacando-se o posicionamento de Jericoacoara como umas das praias mais bonitas do mundo (SETUR, 2004, pág. 5)

Com base neste motivos, essa área foi escolhida tanto para mitigar os problemas gerados pelas ações da primeira do PRODETUR I, como para agregar novos municípios com vistas a melhorar a economia, a infraestrutura, os acessos aos importantes polo turísticos regionais, através do melhoramento das rodovias e além disso, promover o patrimônio histórico e cultural, agregar medidas de preservação ao meio ambiente e o aprimoramento da capacidade institucional, gerando assim o desenvolvimento mais ordenado do turismo na região. Sobre esses aspectos, foram identificadas as seguintes carências na região, antes da implementação do PRODETUR II:

Quadro 2: Aspectos e principais necessidades identificadas na região Costa do Sol, em 2004.

ASPECTOS	PRINCIPAIS NECESSIDADES IDENTIFICADAS NA REGIÃO
Infraestrutura básica (sistema de água, sistema de esgoto, coleta e disposição de resíduos sólidos, energia elétrica, telecomunicações e drenagem e urbanização de orlas)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não existem planos eficientes de gerenciamento dos serviços de limpeza e coleta de lixo nas localidades menos populosas como Trairi, São Gonçalo do Amarante, Paracuru e Paraipaba, e que, em alguns casos, esses serviços são gerenciados por associações de moradores, nas quais falta conhecimento técnico e experiência para obter qualidade e menor custo; ✓ Serviço de apoio nas Orlas quase sempre estão implantados de maneira desordenada, com suas instalações inseridas em quiosques sem água e esgoto. O sistema de drenagem pluvial não existe, e os acessos às orlas, em sua grande maioria, são ruins e, quando pavimentados, o sistema de drenagem não funciona.
Infraestrutura básica (Transportes)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Problemas de manutenção na malha rodoviária estadual, principalmente no tocante às sinalizações horizontal e vertical, bem como, falhas no cercamento da faixa de domínio, causando a entrada de animais na faixa de rolamento e tornando a rodovia insegura. ✓ Falta de policiamento rodoviário; ✓ Ausência de aeroporto regional que que sirva as cidades de Camocim e Jijoca de Jericoacoara, facilitando, também, o trânsito dos turistas que desejam conhecer o Delta do Parnaíba, ou os Lençóis Maranhenses, localizados nos Estados vizinhos.
Patrimônio histórico e cultural	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Necessidade de inventário ou cadastro dos bens imóveis de importância histórico-cultural; ✓ Necessidade de intervenções de restauro e/ou conservação dos respectivos prédios, muitos dos quais se encontram em estado não condizente com a sua importância oficial ou cultural;
Socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A ocupação das dunas, das áreas de preservação permanente à beira das lagoas e dos rios e das praias, associada à falta de saneamento básico adequado e ao problema do lixo, tornam os ecossistemas das lagoas, das dunas, da restinga, dos estuários, dos manguezais, das praias e das regiões marinhas adjacentes extremamente vulneráveis a potenciais riscos e impactos; ✓ Necessidade de análise aprofundada da capacidade de carga em áreas classificadas como unidades de conservação em que a atividade turística é desenvolvida, como é o caso de Jijoca de Jericoacoara.
Capacidade institucional municipal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Necessidade do desenvolvimento de planos municipais de fortalecimento da gestão do turismo; ✓ Problemas estruturais/organizacionais que precisam ser mitigados na secretaria de meio ambiente; ✓ Necessidade, para o funcionamento eficaz do PRODETUR, de fortalecimento da unidade executora estadual, para aptidão ao desenvolvimento das ações propostas e planos de trabalho, assim como modernização administrativa fiscal, elaboração de estudos e projetos na área, desenvolvimento de atividades de informação e comunicação como inventários, núcleos de informações, além de pesquisas e estudos sobre o turismo no Estado.

Fonte: PDITS Costa do Sol, 2004. Adaptado.

Como exposto no quadro, percebe-se a importância do Programa para o desenvolvimento da região em estudo, através do turismo. Outros aspectos foram observados no documento de forma a apresentar globalmente as necessidades para o desenvolvimento sustentável do turismo na região Costa do Sol. Dentre elas: Capacitação do setor privado envolvido com o turístico; Produtos e atrativos turísticos; Qualidade da oferta e de outros equipamentos; Capacitação da população para o turismo; Perfil do turista; gastos turísticos; Investimentos futuros do setor privado no turismo; e Demanda atual e potencial.

O PDITS Costa do Sol propôs um conjunto de 208 ações, que totalizaram US\$ 186,22 milhões em que se considera a relevância das ações em razão do potencial turístico regional associado ao objetivo de assegurar o bem-estar da população local e o desenvolvimento sustentável.

COMPARAÇÃO DOS INDICADORES ECONOMICOS, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DAS INICITIVAS PÚBLICAS EM ESTUDO

Segundo Arcoverde (2019) a avaliação de políticas públicas em Estados nacionais distintos é cercada de muitos desafios e, desse modo, se faz necessário buscar subsídios para a construção dos indicadores qualitativos que serão considerados na análise comparativa dos programas que revelem a complexa realidade social e o enfrentamento dos problemas considerados para a construção dessas políticas nos distintos blocos geopolíticos em que foram idealizadas. Segundo Piketty (2014, p.260) *apud* Arcoverde (2019, p. 126):

A avaliação das políticas públicas e dos programas que as materializam, em geral, é realizada por meio de indicadores quantitativos que, se úteis para fins de classificação, ou mesmo para produzir relatórios oficiais e alimentar o debate público, pouco traduzem a multifacetada e complexa realidade social.

Desse modo para avaliação comparativa dos programas PRODETUR e LEADER vamos utilizar três importantes indicadores: econômico, governança e sustentabilidade, apresentando as semelhanças e diferenças entre os Programas em estudo de forma estes possam expressar a relevância, embora que em síntese, da importância destes para expressivas mudanças aos territórios e contribuições para a estruturação do turismo de forma sustentável nos múltiplos aspectos.

Ao traçarmos as similitudes das ações realizadas nas duas regiões em estudo, ambos os programas, PRODETUR e LEADER tem a visão de melhoria das comunidades locais e participação das comunidades e mudanças estruturais nas localidades interioranas. Contudo, os casos europeu e brasileiro apresentaram diferenças sobre as condições de desenvolvimento rural. Segundo Sumpsi Viñas (2007) *apud* Santos (2018), as principais diferenças nos anos de 1980 e 1990, início da forte ação de implementação das políticas públicas de turismo no Ceará, as principais diferenças foram: disponibilidade de mão de obra, modernização agrícola e rural, alianças políticas para o desenvolvimento rural, habitação nas áreas rurais, produção agropecuária, fragilidade das instituições e políticas existentes para o rural e, por último, a organização dos produtores rurais.

A seguir o quadro com os/as componentes/medidas estruturais dos dois programas.

Quadro 3: Componentes/medidas estruturais dos programas PRODETUR e LEADER

PRODETUR	LEADER
Transporte e Rodovias.	Apoio técnico ao desenvolvimento.
Saneamento Básico.	Formação profissional e ajuda ao emprego.
Desenvolvimento Institucional.	Apoio as pequenas e medias empresas, artesanato e serviços locais.
Meio ambiente.	Valorização e comercialização de produtos agrícola locais.
Urbanização de áreas turísticas.	Promoção cultural e apoio ao associativismo.
Planejamento estratégico, capacitação, infraestrutura.	Promoção cultural e apoio ao associativismo.
Fortalecimento da capacidade municipal de gestão do Turismo.	Equipamento e funcionamento dos grupos.

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMACE (2012) e Comunidades Europeias (2006).

Ao analisarmos o quadro com os/as componentes/medidas estruturais dos dois programas é possível estabelecer semelhanças quanto as preocupações com o indicador de governança nas áreas de investimentos voltados para o desenvolvimento do turismo. Também se constata que, enquanto o PRODETUR adota medidas macroestruturais, na Espanha, “a política de turismo é considerada uma política económica setorial (Velasco González, 2005, pág. 172)”.

No que concerne ao indicador **econômico** e investimentos, durante a execução do LEADER eixo 4 (2007 a 2013), o regulamento (CE) nº 1698/2005 de 20 de setembro de 2005, que estabelece as ajudas para o desenvolvimento rural do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e os gastos públicos previstos acumulados até 2009 (em euros) para cada medida desse eixo, houve um investimento de 1.441.716.889,00. Em relação a Galícia, o Regulamento de Desenvolvimento Rural (RD) nº 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, estabeleceu prioridades, na qual a denominada de número 6 consistiu na inclusão social e desenvolvimento local nas zonas rurais. Com isso o apoio público indicativo ao PDR - Galícia para esta prioridade foi de 249.084.000 de euros (total público), o que corresponde 15,5% do total.

Tendo em vista que as prioridades adotadas no período correspondiam a criação de posto de trabalho, a promoção do desenvolvimento local além de um percentual da população beneficiada com serviços de infraestrutura TIC novos ou melhorados, a seguir a tabela apresenta o número de estabelecimentos abertos relacionados aos alojamentos de turismo rural na qual recebeu recursos de FEADER através do LEADER incorporado à PDR.

Tabela 1: Número de estabelecimentos abertos relacionados aos alojamentos de turismo rural

Ano	Galicia	A Coruña
2007	5.672	1450
2008	5896	1581
2009	6401	1789
2010	6458	1859
2011	6415	1850
2012	6429	1817
2013	6245	1827

Fonte: Elaboração própria a partir de dados no INE, 2023.

Percebe-se que houve um crescimento na abertura de estabelecimentos nos de 2009 e 2010 na comunidade autônoma da Galícia, enquanto a Província de A Coruña permaneceu em crescimento até 2012, onde houve uma leve queda em relação ao ano anterior. Em 2010, ápice do crescimento da abertura desses estabelecimentos, a província de A Coruña deteve aproximadamente 29% do total da Comunidade de Galícia, referente a esse crescimento.

Com relação aos postos de trabalhos a tabela mostra a média mensal do pessoal ocupado com contratos publicados na Espanha, assim como os resultados da comunidade autônoma da Galícia e província em estudo.

Tabela 2: Média mensal do pessoal ocupado por comunidades autónomas todos os tipos de contratação publicados em alojamentos de turismo rural

Ano	Espanha	Galícia	A Coruña
2007	19064	872	218
2008	19792	873	227
2009	21017	910	252
2010	21722	964	283
2011	21989	894	249
2012	21623	874	230
2013	21411	818	224

Fonte: Elaboração própria a partir de dados no INE, 2023.

Com relação aos dados expostos, também foi em 2010 em que houve uma média mensal de pessoal ocupado maior, onde a província atingiu 29% do total da comunidade autônoma da Galícia e 1,3% em relação a toda Espanha.

Conforme dados da EXCELTUR (2014), sobre o impacto do turismo na Galícia, em 2014, o setor apresentava importantes indicadores como 11,1% do total do PIB na Galícia, 12,0% do total de empregos na referida Comunidade e 11,2% do total de imposto de arrecadação. Em 2007, esses indicadores da Galícia, representavam parcelas menores pois o PIB representava 10,9% do total, o emprego correspondia a 10,3% e os impostos de arrecadação 10,6%.

Para este mesmo indicador, o Programa para o Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NE II, que se iniciou em 2005, através do Contrato

Nº 1392/ OC-BR. O Governo Federal, por via do BNB, contratou junto ao BID um empréstimo no valor de US\$ 240 milhões, o equivalente a 60% (sessenta por cento), para financiar a fase II do PRODETUR/NE, orçado em US\$ 400 milhões. O aporte da contrapartida de US\$ 160 milhões constituiu responsabilidade da União Federal por meio do Ministério do Turismo (MTUR) e dos Estados e municípios beneficiados.

Os investimentos culminaram em resultados para os quatro principais componentes do Programa: desenvolvimento institucional, obras múltiplas de infraestrutura básica ou serviços públicos, melhoramento de aeroportos; e estudos e projetos. Sobre os impactos do programa de desenvolvimento do Turismo para a região, Bruno Gabai, ex-coordenador do PRODETUR/NE II, em entrevista, aponta como impactos positivos, económicos:

Um incremento médio de 150% no valor de arrecadação própria (ISS, IPTU, ITBI) dos Municípios do Polo entre os anos de 2004 e 2010 e de 120% (em média) da receita total desses Municípios. - Crescimento de 50% no emprego direto no Turismo nos setores de alojamento e alimentação nos Municípios do Polo entre 2004 e 2010. - Aumento de 143% do movimento de passageiros no aeroporto de Fortaleza entre 2004 e 2011. - Aumento de 43% no número de estabelecimentos no ramo de alimentação e hospedagem nos Municípios dos polos entre 2004 e 2010 (GABAI, 2019).

Em relação ao PIB, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, no Ceará, a maior taxa de crescimento anual do período de 2005 a 2015, foi em 2006, com o valor de 8,2%, um ano após o início das intervenções do PRODETUR no Estado do Ceará.

Nesse mesmo ano, o setor de serviços - que detém as atividades de turismo (alojamento e alimentação) - teve uma participação de 70,3% no valor adicionado bruto (VAB). Dados da pesquisa documental apontam que, embora a taxa de crescimento anual do PIB não tenha tido aumentos relevantes como no ano de 2006, inclusive com decréscimo, em 2015, de -3,4%, o setor de serviços continuou a crescer na participação do VAB, chegando a 75,9% em 2015. Do percentual total, as atividades de alojamento e alimentação tiveram aumento de 0,5% no mesmo ano e 1% no ano anterior.

Na análise do indicador **governança** com enfoque no aspecto **participação**, o LEADER é considerado um marco por sua inovação em enfatizar as capacidades locais. Conforme apontado neste artigo, dentre as suas funções, está o aumento da capacidade organizacional ao nível de governança das comunidades. Sua metodologia inclui um enfoque ascendente onde os agentes locais fazem parte de todo processo de criação e condução dos projetos aprovados. O quadro 1 reforça demonstra que a participação dos sujeitos constitutivos é fator imprescindível para preparação das estratégias locais de desenvolvimento e consequente obtenção dos recursos e apoio do LEADER.

Já o PRODETUR, através dos do PDITS, passou a garantir a participação da sociedade civil (25%), além dos representantes da indústria turística e das três esferas administrativas. Essa composição e distribuição mais equânime, embora não garanta a participação efetiva dos sujeitos constitutivos abre espaço para o diálogo e construção de estratégias de forma mais descentralizada e o olhar dos gestores para uma atuação mais colaborativa e endógena.

Passando a analisar o indicador **sustentabilidade**, o Regulamento (UE) nº 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER, fundo de apoio do LEADER e financiamentos dos projetos elaborados pelos GAL, tem como premissa o apoio a investimentos que ofereçam benefícios, além de econômicos, os ambientais e utilização de recursos mais eficientes. Suas orientações quanto ao repasse de conhecimentos e informações, frisam a eficácia na utilização dos recursos e melhoramento do seu desempenho ambiental, contribuindo simultaneamente para a sustentabilidade da economia rural.

Já o PRODETUR, apresentou no subcomponente Recuperação e Proteção Ambiental, ações com o objetivo de melhorar/manter a qualidade ambiental de áreas de interesse turístico, por meio de investimentos em estudos, educação ambiental, manejo, preservação e recuperação de recursos naturais em determinados territórios dentro da área de abrangência do Programa.

Além disso, na segunda fase, foram criados componentes por meio do Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PDITS. O documento foi o instrumento necessário para viabilizar o requerimento de novos empréstimos junto ao BID para o desenvolvimento do PRODETUR/CE II. Para o Ceará, o PDITS Costa do Sol foi

orçado em US\$ 186,22 milhões, havendo o planejamento de mais de 200 ações (BRASIL, 2007).

Com isso, importantes ações foram realizadas na região tais como na segunda fase, tais como gestão de resíduos sólidos, proteção e conservação de recursos naturais, Conservação Ambiental de Lagoas, Lagamares, Rios e Orlas dunas e falésias e Implantação de Unidades de Conservação já criadas e seus Planos de Manejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de turismo são destinadas a melhorar as condições econômicas, sociais, ambientais e de infraestrutura nos espaços com potencial turístico, beneficiar a população local com e seu entorno com alternativas de emprego e renda e criar uma consciência acerca da sustentabilidade com intuito de preservar o patrimônio existente, seja ele histórico, cultural ou natural/ambiental.

Desse modo, com a realização desse estudo comparativo faz-se necessário apontar quais as universalidades e particularidades dos programas destacados e como estas podem servir como modelos para o desenvolvimento do turismo nas regiões a partir dos indicadores qualitativos apresentados.

Objetivamente, mesmo com a diferença organizativa, ambos os Programas foram responsáveis por levar medidas a níveis nacionais nos respectivos países, contudo, com formas distintas de atingir o turismo.

Observou-se que, na Espanha, o LEADER buscou-se utilizar o turismo como um vetor de desenvolvimento local, já no Brasil, a atenção estava voltada para a preparação de lugares potencialmente turísticos com infraestrutura básica e de resolver as demais necessidades identificadas na região.

Acerca dos eixos analisados, constata-se que o turismo tem contribuído significativamente para economia dos dois países, contudo a Espanha tem um histórico em que o turismo aparece como um dos principais suportes econômicos do país, fato este que ainda não acontece no Brasil, embora tenha muitos atributos que poderiam ser gerenciados de forma sustentável para este fim.

As iniciativas públicas dos dois países mostraram uma consciência quanto a utilização de recursos, preservação e cuidados ambientais nos territórios em estudo. Os documentos orientadores e os planejamentos

realizados buscaram evidenciar o respeito às bases sustentáveis para o desenvolvimento local.

No que concerne ao indicador governança, conclui-se que o LEADER se mostra inovador ao colocar em destaque o seu enfoque ascendente quanto a construção e acompanhamento de ações com nível de participação local que potencializa o desenvolvimento endógeno nas regiões e que este tem sido fator relevante para a revitalização de espaços rurais que, por vezes, não apresentam alternativas de emprego e renda para as comunidades.

De todo modo, diante das universalidades e particularidades apresentadas, constata-se que cada Programa buscou orientar-se pelo nível das necessidades identificadas nas distintas regiões quanto ao apoio e desenvolvimento do turismo em seus territórios e que o amadurecimento de funções gerenciais (González, 2005) com coordenação participativa como acontece na Espanha, através do LEADER, são capazes propiciar o desenvolvimento dos locais através do turismo levando em consideradas realidades mais palpáveis.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; ALBUQUERQUE, Cristina Maria Pinto. **Contributo à construção de indicadores qualitativos para a avaliação comparativa de políticas públicas em diferentes blocos geopolíticos**. 2019.

BESTEIRO, Begoña, 2006. **El Turismo Rural en Galicia. Análisis de su evolución en la última década**. Cuadernos de Turismo, 17, 25-50

EUROPEIA, A. COMISSÃO. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N. o 809/2014 DA COMISSÃO de 17 de julho de 2014 que estabelece as normas de execução do Regulamento (UE) n. o 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao sistema integrado de gestão e de controlo, às medidas de desenvolvimento rural e à condicionalidade. 2014.

COMUNIDADES EUROPEIAS. **A abordagem LEADER, um guia básico**. Comissão Europeia. Bruxelas, 2006.

Directorate-General for Agriculture. (2011). **Guía de la DG AGRI para la aplicación del eje LEADER de los Programas de Desarrollo Rural 2007-2013 financiados por el FEADER**. Retrieved from <https://enrd.ec.europa.eu/sites/enrd/files/fms/pdf/695FAA38-A3CF-93F7-4E94-E27C74393AA6.pdf>. Acesso em 23/02/2023

GALICIA, Impactur et al. **Estudio del impacto económico del turismo**: IMPACTUR 2014. Exceltur y Xunta de Galicia.

INE. (2023). **Encuesta de establecimientos abiertos relacionados aos alojamentos de turismo rural, año 2007-2013**. INE, Instituto Nacional del Estado. Disponible marzo, 11, 2023 en: <https://www.ine.es/dynt3/inebase/index.htm?padre=5881&capsel=6765>

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE Y MEDIO RURAL Y MARINO – MARM. RED RURAL NACIONAL. **Leader en España (1991-2011): Una Contribución Activa al Desarrollo Rural**. 2011.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Urbanização e políticas de Turismo no Ceará, Brasil. **Revista Turismo e desenvolvimento**. N.º 21/22 | 2014. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/viewFile/9956/8315>. Acesso em 23/09/2018

SANTOS, Clediane Nascimento. **As políticas de desenvolvimento rural e o turismo no espaço rural: os casos dos municípios de Rosana, Presidente Epitácio (São Paulo, Brasil)**, Santiago de Compostela e Padrón (Galícia, Espanha. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018.

SANTOS, Clediane Nascimento; THOMAZ, Rosângela C. Cortez; SOLLA, Xose M. Santos. Impacto das políticas de desenvolvimento rural e o turismo rural: os casos da Galícia (Espanha) e Presidente Epitácio e Rosana (Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil). In: **Análise Crítica e Tendências do Turismo Rural no Brasil**: anais... / organizadores Clarice Bastarz, Ivo Elesbão, Thiago Reis Xavier. – Porto Alegre: Pacartes, 2017. 410 p.

Velasco González, M. 2005. “¿Existe la política turística? La acción pública en materia de turismo en España (1951-2004)”. *Política y Sociedad*, 42 (1), 169-195